

Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal

Dado que os antropólogos fazem trabalho de campo, tendem a privilegiar o tempo presente, apesar dos paradigmas da história, da mudança estrutural no tempo ou da evolução, construídos segundo as suas próprias teorias. Mas, a meu ver, trata-se de uma concepção errada do próprio trabalho de campo — a que o limita à interacção com os vivos, mesmo quando uma atenção considerável é prestada aos idosos para ganhar um sentido de história. É que mesmo essa história não deixa de ser encarada pela perspectiva do presente dos vivos.

Num dado paradigma da historicidade da estrutura, do acontecimento e da população, é claro que o trabalho de campo deve, em princípio, ocupar-se também dos mortos, e dos mortos mais remotos, mas não apenas dos mortos, como também das experiências institucionais das suas vidas e de que modo tais compromissos institucionais impuseram orientações e limitações aos que o antropólogo observa no terreno. Este é um exercício crucial porque muitas vezes há questões sobre a situação presente no terreno que não podem ser respondidas a partir do presente e da localidade em estudo, como, por exemplo, porque está o Norte de Portugal envolvido por uma malha de exploração da terra mini e muitas vezes microfundiária? A resposta não se encontra só no mero *mecanismo* de partilhas e nos muitos herdeiros, mas também, em parte, no facto de a Lei de Partilhas ter sido aprovada em 1863, numa altura em que as unidades fundiárias eram muito maiores e o trabalho agrícola estava organizado de modo diferente do presente, uma transição que inquiridos idosos no Norte se recordam de ter ouvido comentada por seus pais ou avós. Dito de outra forma, fragmentação de propriedades e de unidades produtivas não é simplesmente um processo sobre a natureza, mas o resultado específico de um acto histórico exercido por um estado central há cerca de 120 anos que afecta profundamente a vida actual e afectou crescentemente a população inteira no Norte de Portugal desde a sua ocorrência. Pode observar-se que a lei *não* conduziu à exploração agrícola microfundiária no Sul, que é ainda latifundiário, embora em 120 anos houvesse aí elevado número de herdeiros para partilhar as propriedades também. (Não encontrei até hoje razão para esta anomalia.)

* Boston University.

À medida que pesquisamos em profundidade as fontes históricas para compreender as limitações impostas às estruturas do presente — ou, melhor, para compreender a sequência de transformação contínua e autolimitativa que, historicamente, observámos ontem, observamos agora e, por extrapolação, observaremos amanhã —, desenham-se-nos com crescente nitidez certos padrões temporais de uma dada sociedade. Apreendemos ordens que continuam reconhecíveis apesar das modificações e variações aqui e ali, ou das alterações localizadas ocorridas.

Um dos padrões de que nos apercebemos quando estudamos os materiais históricos é o de a agricultura portuguesa ter sido repetidamente descrita, desde há, pelo menos, 350 anos, como atrasada quando comparada com a de outras regiões da Europa. As suas produtividades eram inferiores¹; as suas auto-suficiências, quando muito marginais (importava milho e outros cereais da Nova Inglaterra desde, pelo menos, o início do século XIX!); a sua economia estava bloqueada pelos problemas cambiais e da balança comercial. Estas condições criaram parâmetros limitativos ao Estado e determinaram a gama de políticas alternativas possíveis para tentar responder, melhorar, romper com a situação ou explorá-la em proveito próprio, subordinando, ao mesmo tempo, os sectores agrícolas a um dado interesse de classe.

Esta situação de atraso agrícola persiste até hoje. Todas as estatísticas agrícolas o atestam virtualmente; por exemplo, as produtividades de trigo/hectare são as mais baixas da Europa; apesar da cerealicultura intensiva do Norte, importa-se milho dos Estados Unidos, na ordem das dezenas de milhões de dólares anualmente.

Nesta comunicação debruçar-me-ei sobre alguns aspectos da política nacional relativamente recente, na medida em que essa política contribuiu para o atraso ou o «subdesenvolvimento», que abordo pela perspectiva de três grandes regiões geográficas do País em que fiz trabalho de campo. O aprofundamento dos aspectos históricos está feito com maior pormenor em E. Leeds, 1980.

A expressão «relativamente recente» refere-se às principais políticas que caracterizaram o regime de Salazar e Caetano, derrubado em 1974, e, sucintamente, aos acontecimentos dos últimos oito anos, com especial incidência sobre a perpetuação de antigas estruturas através do chamado período «revolucionário»².

Na época em que Salazar, jurista e economista por formação e associado com os grupos mais conservadores da igreja católica, chegou ao poder, primeiro de forma fugaz, em 1926, e depois plenamente, em 1928, como ministro das Finanças, a indústria portuguesa, então como agora, não era competitiva com a da Europa setentrional ou até central (incluindo a Itália

¹ Cunhal, 1976, na secção do cap. 1 intitulada «Portugal agrícola na Europa ocidental» (pp. 40-49), dá quadros com índices sobre a) tractores/10 000 ha, b) uso de fertilizantes, c) gado por 1000 residentes, d) produção de cereais e e) um índice geral, síntese de todos estes. Portugal está repetidamente nos últimos lugares e, globalmente, é o último dos 16 países indexados, abaixo da Grécia e da Espanha. As suas fontes principais são os *Anuários* da FAO.

² Coloco «revolucionário» entre aspas porque, apesar de muitas liberdades terem sido alcançadas, tanto por lei como por pressão dos movimentos populares, e algumas instituições radicalmente alteradas ou mesmo eliminadas, as principais instituições da sociedade permaneceram substancialmente intocadas — o sistema legal, a burocracia, os militares, os tribunais, muito do sistema médico e, sobretudo, e subjacente a todos eles, o sistema de classe e a sua expressão, após-1974, em partidos políticos.

do Norte). Tal situação (veja-se E. Leeds, 1981, para mais completas descrições) era em si mesma o produto de uma longa história de dependência industrial e comercial associada à economia *compradora* de fluxos mercantis, com início nos primórdios do século XV, e à exportação de produtos agrícolas, sobretudo, e, até há relativamente pouco tempo, vinho do Porto e cortiça, especialmente para a Inglaterra, de onde vinham, em contrapartida, divisas e protecção política.

A indústria era então, principalmente, um assunto interno. Mas os mercados internos de um pequeno país com talvez seis milhões de habitantes (no fim da década de 20), dos quais cerca de 70% agrícolas e quase integralmente fora da economia monetária, eram evidentemente diminutos.

O atraso agrícola geral do País, a sua «sobrepopulação»³ de raízes institucionais e a extrema limitação do acesso da população agrícola a recursos vitais originaram forte emigração. Todos estes factores foram exacerbados, em vez de atenuados, pela Lei de Partilhas, de 1863, que eliminou a primogenitura. O efeito da Lei de Partilhas é evidente, quase imediatamente após a sua aprovação, no surto gigantesco de emigração nos finais de 1860 (vejam-se as análises altamente sofisticadas de Oliveira Martins dos anos de 1870-80: Oliveira Martins, 1888).

Embora a motivação e os objectivos da emigração sejam habitualmente complexos e múltiplos e, em qualquer caso, não passíveis de reconstituição para a maior parte dos mortos, podemos supor que alguns tenham emigrado na ideia de saírem definitivamente do País, mas que muitos, se não a maioria, tenham planeado regressar. Há, pelo menos, quatro tipos de comprovação para isto: *a)* inquiridos que informam terem os seus antepassados partido e regressado; *b)* as chamadas «casas brasileiras», construídas no estílo brasileiro por emigrantes que tinham estado no Brasil e edificaram habitações nos seus lugares de origem em Portugal; *c)* os fluxos de remessas, que indiciam não apenas o sustento de familiares, mas ainda ter sido feito em prejuízo de acumulação de capital no lugar de migração; *d)* nomes próprios (por exemplo, Floripes, Yemanjá) e outros termos trazidos do Brasil, como se passa em certas zonas da Beira Alta. Há também, sem dúvida, fontes de arquivos oficiais consulares e similares com registo de retornos, tanto quanto sabemos por explorar. Com tempo, sem dúvida, encontrar-se-iam também pequenos tesouros de cartas familiares ainda na posse dos descendentes: de maridos ausentes para as mulheres, de filhos para os pais e vice-versa, de namorados para as suas prometidas, etc.

As remessas tornaram-se uma característica cultural da economia política portuguesa, pelo menos a partir do último terço do século XIX, se não anteriormente, e assim continuaram até hoje, possivelmente com mais intensidade. Desempenham um papel duplo. Em primeiro lugar, facultam um fluxo de recursos que contribui para a acumulação primitiva de capital em Portugal nos sectores industrial, comercial e bancário. Em segundo lugar, fornecem as divisas para pagar as enormes importações necessárias, dado o atraso da economia portuguesa. É muitíssimo significativo a este respeito que, segundo se conta, Salazar tenha afirmado na sua dissertação de doutoramento na Universidade de Coimbra serem as remessas cruciais à economia portu-

³ «Sobrepopulação» está entre aspas porque o estado a que nos referimos *nunca* é absoluto, mas *relativo* a certas condições e variáveis nas relações sistemáticas especificáveis e, em princípio, mutáveis; por exemplo, níveis de produtividade na agricultura, distribuições da riqueza e do rendimento, utilização dos recursos, etc.

guesa, então e no futuro. Podemos ver nesta afirmação um germe da estrutura das políticas do seu regime.

As políticas de Salazar, muitas vezes se invoca, só podem ser inferidas e interpretadas através de uma cortina de fumo de retórica mistificatória. Penso que a mistificação tem sido muito exagerada, pelo menos relativamente aos primeiros anos, embora ele fosse, sem dúvida, um mestre quando a mistificação e a ocultação se tornavam necessárias. Ele foi também, noutras alturas, bastante óbvio e directo. As fontes principais de um tal discurso directo e sem subterfúgios são os seus primeiros discursos, especialmente no fim da década de 10 e princípio da década de 20 deste século (ver Salazar, 1954). Discursos e entrevistas após discursos e entrevistas evidenciam opiniões claras sobre o estado da economia, a situação monetária, as produtividades, etc., e sobre a relação (ou não relação) entre o Estado e a economia. O tema genérico é sempre que as coisas têm de mudar e as orientações estão já enunciadas com clareza ou são evidentes por implicação (ver nota 16).

A política global pode ser retirada deste material quando se efectua simultaneamente uma apreciação das declarações políticas e das legislações promulgadas depois de ter chegado ao ministério uma identificação da sequência real dos acontecimentos vistos *a posteriori*, com atenção especial quanto à *ordem* em que ocorreram e aos *contextos* da sua implementação.

Essa política começou a ganhar forma desde o início do seu longo regime e pode ver-se em certo número de leis e de instituições criadas em diferentes momentos, durante a primeira década. Como acima sugerido, em virtude dos contextos políticos mais amplos, a sequência é, em si mesma, significativa. Aqui bastará dar curtos resumos do quadro geral, passando depois a leis e instituições seleccionadas para averiguar do modo como afectaram o subdesenvolvimento regional e a migração.

A situação social aquando da chegada de Salazar ao poder pode descrever-se como uma espécie de paralisia de toda a economia política na sua forma republicana — já de si uma continuação da paralisia da economia política na sua forma monárquica pré-republicana (veja-se Pereira, 1974). Mais especificamente, envolvia uma espécie de equilíbrio entre, por um lado, os interesses industriais e agro-industriais do Norte — os têxteis e o vinho do Porto constituindo dois grupos de interesses — e, por outro lado, os interesses quase autónomos do latifúndio do Sul, relacionados especialmente com a cortiça, o trigo e a propriedade urbana não produtiva em Lisboa.

Os interesses têxteis constituíram uma burguesia industrial, de uma indústria atrasada numa perspectiva europeia. Os interesses ligados ao vinho eram centrais nas relações externas e na posição de subalternidade do País em relação à Inglaterra, para onde uma larga parte do vinho do Porto ia, tal como o vinho da Madeira das Ilhas, que os Ingleses também controlavam (por exemplo, a firma Leacock). Em ambos os casos, os Ingleses tinham igualmente vultosos investimentos na indústria do vinho (por exemplo, as companhias exportadoras de porto e madeira, como Cockburn, Sandeman e outras), cujos lucros iam fundamentalmente para Inglaterra. A cortiça, que vinha dos interesses do Sul, estava associada aos interesses do vinho, embora, em décadas mais recentes, tenha estado associada a outros produtos corticeiros exportáveis, tais como cortiça prensada e placas de cortiça, que também proporcionavam ganhos de divisas em produtos de *inputs* industriais bastante reduzidos. Os vinhos e os produtos corticeiros arrastam (arrastavam) uma certa relação de dependência, visto que o seu comércio implica trazer não só bens manufacturados como elevados *inputs* industriais, mas

também matérias-primas para outros sectores da economia portuguesa, tanto industriais (por exemplo, os têxteis) como agrícolas, como seja o milho, já assinalado atrás. Deste modo, todos os grandes grupos de interesses «burgueses», ou fracções de classe, estavam envolvidos numa estrutura de dependência em relação a economias externas dominantes, mantendo-se tal situação até hoje. Ao mesmo tempo, embora por vezes coincidentes parcialmente, estes interesses eram diferentes e mesmo opostos muitas vezes, um facto político com significado para Salazar e as suas opções, em especial nos primeiros anos do regime.

Em resumo, vejo o plano de conjunto em termos de criação em Portugal de uma moderna indústria competitiva com a da Europa do Norte. Para o conseguir importava em parte relocar a indústria numa área ainda não cooptada pela velha burguesia industrial tradicional e, em alguma medida, fossilizada (veja-se Pereira, 1974) do Norte: obviamente, impunha-se a grande Lisboa (ver Leeds, 1981, no prelo). Importava ainda a necessária emergência de um novo grupo de interesses criado à roda das novas indústrias e das novas localizações industriais (veja-se Rolo, 1977) — em suma, uma nova burguesia industrial, possivelmente recrutada, em parte, na velha burguesia industrial, em parte, no grupo rural latifundiário e ainda noutras origens sociais, como na verdade sucedeu. O que significava também uma nova força de trabalho urbana em larga escala — dentro do contexto da força de trabalho urbana sempre crescente a partir, sobretudo, da Lei de Partilhas de 1863. Tudo isto significava ainda, é claro, o problema de monta, estrategicamente, de lançar suficiente areia para os olhos, ou compensações (ver adiante), aos antigos grupos de interesses dominantes, ganhando controlo sobre eles, de forma a consolidar o seu poder. Daí muita da retórica de Salazar.

Pelo menos dois perigos se perfilavam perante este plano de conjunto: a eclosão de um conflito aberto entre velhos e novos grupos de interesses, de tal modo que paralisasse todo o plano; a criação de um grande proletariado urbano, mobilizável no contexto nacional e internacional de um anarco-sindicalismo ainda presente e do emergir impetuoso do comunismo como força mundial na URSS, acompanhado internamente pela fundação, alguns anos antes, do Partido Comunista Português, PCP.

A retórica de Salazar e a sua organização da economia política e da correspondente ideologia podem ser interpretadas claramente como aspectos instrumentais para reduzir ou mesmo suprimir tais eventualidades, num esforço que nunca foi inteiramente bem sucedido, como greves significativas, por exemplo em 1937 e em 1961, e a extraordinária existência, organização clandestina e mobilização do PCP e de um certo número de sindicatos atestam. Não obstante, estes aspectos instrumentais operaram, em geral, suficientemente bem, de tal modo que o plano funcionou até certo ponto. Por exemplo, transformou a percentagem do PNB de cerca de 70% do sector agrícola nos actuais 30%, aproximadamente; fez subir a alfabetização drasticamente, embora haja zonas de Portugal, como Trás-os-Montes, onde ainda são referidas taxas de analfabetismo de cerca de 80%; fundou a primeira siderurgia (e única até ao momento) em 1962, etc. Foi ajudado, em parte, pelas condições mundiais externas, tais como a Guerra Civil Espanhola e a segunda guerra mundial. Regrediu especificamente com o emergir dos movimentos de independência colonial do após-segunda guerra mundial, que posteriormente provocaram a estagnação do desenvolvimento de Portugal continental e mudanças de fundo na sua economia política, em especial depois da chamada revolução de 1974.

O problema-chave para Salazar era a acumulação de capital pelo Estado, isto é, independentemente dos interesses e fracções de classe presentes, de modo a possibilitar a sua progressão, através de investimentos sob controlo estatal, conducente à criação da nova base industrial. A meu ver, a sequência de leis promulgadas, as instituições criadas, as políticas ensaiadas, particularmente a respeito das colónias, e a própria estrutura do corporativismo, todas se subordinaram a essa finalidade. Ainda mais julgo que a acumulação primitiva de capital não poderia ter sido prosseguida politicamente, nos primeiros anos, em prejuízo dos antigos grupos de interesses sem que eles se mobilizassem numa oposição desastrosa para Salazar. A acumulação primitiva de capital teve de ser realizada recorrendo a outras fontes de capital diversas das facultadas pelas fracções de classe burguesas e grupos de interesses existentes.

Quais foram essas fontes e que população esteve envolvida? Foram principalmente duas: as colónias e as áreas e populações rurais, em especial a «camponesa», do próprio continente, aliás reformuladas, pouco antes do nascimento de Salazar, pela Lei de Partilhas. O recurso às populações provincianas como fonte de acumulação de capital não era inédito na história portuguesa (vejam-se as rebeliões da Patuleia e da Maria da Fonte, em que tinham papel central várias formas de fiscalidade e imposições às populações rurais na primeira metade do século XIX; ver Pereira, 1971; Riegelhaupt, 1976; Sá, neste volume; Silva, 1978), embora as formas, com Salazar, fossem novas e, dado o seu talento exímio em ocultação, disfarçadas em certa medida (mas só em certa medida)⁴.

Ocupar-me-ei com brevidade aqui do aspecto colonial (ver E. Leeds, 1980). Um dos problemas de política enfrentados pelo Estado era tentar ou, melhor, aumentar os níveis de produção e de produtividade das velhas indústrias, de forma a garantir mais capitais para reinvestimento. O reinvestimento, como se verá, foi em si mesmo controlado através de um dos principais mecanismos legais do regime — a Lei de Condicionamento Industrial, aprovada em 1929, que deu ao Estado o controlo, essencialmente paternalista ou mesmo patronal em última análise, sobre quem era autorizado a investir, que tipo de investimento e que montante. Em suma, permitia ao Estado acenar com incentivos para a modernização da indústria, mesmo para o sector têxtil tradicional (que, hoje em dia, tem algumas instalações bastante modernas). A produção têxtil não pôde, todavia, ser aumentada nessa altura, ganhando uma parte dos mercados internacionais, porque, como observámos, era largamente não competitiva com as indústrias têxteis do Norte europeu. Os principais mercados potenciais eram as colónias.

As colónias, em especial Angola e Moçambique, tinham sido deixadas largamente ao abandono. Ainda que houvesse alguma actividade extractiva e um desenvolvimento industrial muito limitado, pouco se fizera em termos de colonização extensiva, implantação industrial em larga escala ou desenvolvimento agrícola até final do primeiro quartel do século XX. A partir dos anos 30, este quadro, embora por vezes ambíguo, muda radicalmente. Apercebemo-nos de esquemas de colonização, implantações industriais sempre crescentes, desenvolvimento de exportações agrícolas (por exemplo, algodão

⁴ Na aldeia de Pendilhe, perto de Vila Nova de Paiva, Viseu, a população local apoiou duas candidaturas sempre que houve eleições durante os anos de Salazar. Os candidatos de Salazar ganharam sempre, evidentemente, mas havia uma base reflectida da oposição que não aceitava automaticamente tudo o que Salazar dizia.

para as fábricas de têxteis do continente) e, talvez ainda mais importante, a manipulação do sistema de trabalho, particularmente em Moçambique (ver Harris, 1958; Penvenne, 1979 e 1982; Leeds, 1949), sob a forma de trabalho emigrante para as minas de ouro da África do Sul, como um meio de acumulação de reservas de ouro em Portugal.

Também não devem ser subestimados os diversos meios de deslocação de portugueses do continente, homens e famílias, para as colónias, à margem dos próprios esquemas de colonização. As forças militares ultramarinas totalizavam milhares, ou, em certos momentos, a centena de milhares de homens. Tratava-se, evidentemente, de homens retirados do mercado de trabalho português à medida que as políticas que venho descrevendo iam aumentando a migração das áreas rurais para as cidades⁵. Os que tinham feito o serviço militar nas colónias eram encorajados a ficar, a estabelecerem-se nos negócios, a chamarem as famílias — encontrámos muitos destes, nos nossos trabalhos de campo em diversas localidades, que tinham regressado depois da independência das colónias, em 1974. Um dos agentes de tal encorajamento foi o corpo auxiliar feminino do Exército português, isto é, as esposas dos oficiais.

O resultado líquido de todas estas políticas consistiu numa transferência crescente de portugueses para as colónias apoiados e incentivados — o que incluiu cada vez maiores *inputs* de capital pelo Estado — para desenvolverem a agricultura, a indústria e os serviços usando trabalho africano barato como fundamento produtivo (ao mesmo tempo que forneciam o ouro para os cofres portugueses). Vistas de outro modo, estas populações transferidas e o maior desenvolvimento e prosperidade geral das colónias criaram os mercados, que, sob o controlo do Estado, puderam ser orientados para a absorção de crescente produção de têxteis e também dos vinhos mais baratos e de menor qualidade portugueses («vinhos para os Negros», como eram chamados). Ao mesmo tempo, a Lei de Condicionamento Industrial obrigou as indústrias têxteis a comprar algodão (o tabaco e o açúcar) das colónias (ainda que qualquer deles pudesse ser produzido em Portugal). Observe-se a anomalia de uma potência colonial ter possivelmente investido e criado maior desenvolvimento nas suas colónias do que internamente, o que é certamente caso único.

Sem dúvida que o desenvolvimento colonial só em parte resolveu os problemas da acumulação de capital no curto prazo, visto que muito desse capital acumulado teve de ser reenviado para desenvolver as colónias. Contribuiu de facto para reordenar a indústria têxtil do Norte e para financiar a indústria do vinho, mantendo, ao mesmo tempo, estes grupos de interesses relativamente pacificados do ponto de vista político, subornando-os e, ao mesmo tempo, amarrando-os mais estreitamente aos interesses do Estado. Permanecia ainda o problema de garantir capital *novo* suficiente para a nova indústria no continente, algum do qual poderá ter vindo também das colónias sob a forma de fluxos de ouro, embora pouco pareçam ter sido usados. As outras fontes eram internas, apropriadas no sector rural.

⁵ A crescente taxa de transbordo de homens/trabalho para as colónias, como tropas, pode também ter dado ao regime algum controlo sobre a taxa de agregação de um proletariado potencial nas cidades do continente — um problema que preocupou as várias fracções de classe burguesas durante cerca de um século (ver Leeds, 1981, no prelo, discutindo as origens da Lei de Partilhas de 1863 — a lei foi, de algum modo, uma tentativa para manter as populações presas à terra, abrandando o crescimento das proles urbanas e mantendo-as sob controlo).

Dois dos primeiros desenvolvimentos do regime de Salazar, a partir de 1929 e 1932, respectivamente, foram a Campanha do Trigo e o Reconhecimento dos Baldios. A Campanha do Trigo, cuja finalidade era um aumento substancial da produção de trigo, foi nitidamente orientada para uma utilização da terra mais produtiva (e mais «industrial») na produção cerealífera. O efeito seria aumentar a independência nacional quanto à importação de cereais; daí que estivesse menos bloqueada pelas relações de dependência em relação ao estrangeiro e pelos problemas cambiais e de balança comercial — de facto, visava a autonomia (ver nota 16). Outro efeito seria reduzir a pressão imediata para uma indústria mais competitiva. Ao mesmo tempo, em virtude dos créditos aos produtores de trigo — principalmente os dos latifúndios alentejanos e do Sul —, a representação do interesse de grupo podia ser colocada em mais estreita dependência do Estado ou, dito de forma mais directa, comprada. É o que parece ter sucedido. A expressão e os efeitos específicos da Campanha do Trigo foram, por um lado, um êxito muito variável e ambíguo (a produção de 1943 é ligeiramente menor do que a média de 1920-24, *antes* do início da Campanha, e apenas 42% do máximo atingido em 1932; ver Cabral, 1974, p. 515). Por outro lado, aparentemente ocorreu uma transferência de fundos para a quase-aristocracia latifundiária, que de facto foram aplicados em finalidades não agrícolas, como sejam consumos de luxo e investimentos em propriedade urbana, alguma dela industrial (o que se reflectiu no lento crescimento de Lisboa nos anos de 1930). Alguns desses fundos foram também aplicados em maquinaria agrícola, originando uma das primeiras vagas de mecanização. Outro efeito residiu no atenuar da dependência em relação à força de trabalho, que sofreu continuamente uma maior pressão sobre o emprego, situação esta que se veio a reflectir no regular declínio populacional do Alentejo e no lento crescimento de Lisboa e áreas circundantes.

Por outras palavras, a Campanha do Trigo, intencionalmente ou não, funcionou como um sistema de incentivos para o desenvolvimento *urbano* na área de Lisboa, através de transferências de capital, e só parcialmente foi bem sucedida, *durante algum tempo*, no incremento da produção de trigo, como mecanismo de substituição de importações. No longo prazo, deixou o Alentejo quase tão atrasado como algumas décadas atrás, ou mesmo, aqui e ali, em pior situação, possivelmente, enquanto os interesses urbanos aumentavam e a terra continuava abandonada em reservas de caça ou era utilizada na criação extensiva de porcos.

O segundo desenvolvimento foi muito mais importante. O Estado ordenou um reconhecimento da distribuição e extensão dos baldios, cujos resultados foram publicados um ano mais tarde, em dois volumes (1939). Embora, no século XX, quase todos os baldios do Sul tivessem desaparecido, absorvidos por via de variados regimes de propriedade privada e eclesiástica (ainda que esta tenha sido quase totalmente erradicada logo na primeira metade do século XX), no Norte havia ainda baldios por toda a parte.

Os baldios eram geralmente partes integrantes da economia agrícola do Norte. Quase todos se situavam nas áreas mais pobres do ponto de vista agrícola, nas encostas e cumes das serras. Na freguesia de Peva, Beira Alta, onde fizemos trabalho de campo, situavam-se nas estéreis terras graníticas das faldas e cumes. Os baldios eram tipicamente usados para a criação e pastoreio de ovelhas, cabras e gado vário. Os baldios de Peva eram particularmente inóspitos e agrestes, com um clima e um enquadramento geográfico

igualmente inóspitos e agrestes ⁶, mas outros eram mais produtivos em pastagem e outras forragens. Na verdade, do ponto de vista do Estado, representavam áreas de potencial aproveitamento agrícola e comercial — designadamente produtos florestais, que não requerem solos de elevada qualidade nem grandes investimentos.

E foi esse o seu destino. A Lei dos Baldios, de 1932, declarou os baldios terras do Estado, visto não serem propriedade privada, e tornou-os passíveis de afectação a usos apropriados pelo Estado. Na prática, o resultado final acabou por ser o fomento directo pelo Estado dos recursos florestais ou a transferência *de facto* da posse para interesses privados, quase todos ligados aos produtos florestais. A Junta Florestal foi criada como agência para tratar desses assuntos e do desenvolvimento e comercialização dos produtos florestais. Observe-se que, juntando-se às terras deste modo transferidas entre 1932 e 1958, o Segundo Plano de Fomento (já em preparação anos antes daquela segunda data, em que foi publicado) indicou mais 500 000 ha de terra erodida pela cerealicultura para conversão a usos florestais (Cabral, 1974, p. 547).

Duas espécies florestais principais foram plantadas desde o início da década de 1940, como é patente em todo o País, especialmente no Norte e em certas zonas do Ribatejo. Os pinheiros para produzir resinas e madeiras ocuparam vastas áreas de terra. Algumas delas eram terra arável esgotada por séculos de práticas de cultura pobre nas encostas (é o caso da região de Penafiel), ou por sobre-aproveitamento, na ausência de alternativas económicas. As resinas dirigiam-se em parte para usos industriais internos, por exemplo, tintas e terebintinas, mas também para a exportação ⁷. A política estatal foi aqui claramente orientada para o desenvolvimento industrial e a melhoria da balança comercial, em coerência com o plano geral de desenvolvimento para Portugal que atribuo a Salazar. Um segundo uso, já assinado, foi a caixotaria de madeira.

A outra espécie florestal importante foi o eucalipto. Produzia pasta de papel, que era exportada para países produtores de papel, como a Suécia. Ainda hoje, que eu saiba, não há indústria de papel em Portugal (embora esteja prevista uma fábrica em cooperação com a Espanha), enquanto uma fábrica de celulose com financiamento sueco foi implantada em Viana do Castelo, em 1973. Subsequentemente, mais uma ou duas foram instaladas no litoral centro-norte e chegou a falar-se de uma fábrica de papel em meados de 70, mas esse plano não vingou por falta de capitais. A exportação de pasta de papel trouxe divisas, embora muitas se perdessem na importação de papel. Esta situação poderia ter sido eliminada a prazo, criando uma indústria de papel em Portugal. Um segundo produto é o óleo de eucalipto.

Muitos eucaliptos foram plantados no Norte, mas as maiores plantações verificaram-se, talvez, em zonas da Beira Baixa, Ribatejo, Alto Alentejo e, secundariamente, no Baixo Alentejo. Fica-se surpreendido com a extensão das plantações de eucaliptos no Centro de Portugal, mais a sul, na Beira

⁶ O famoso romancista e (etno)-historiador Aquilino Ribeiro, nascido e residente na freguesia de Peva, embora participando de uma intensa vida pública em Lisboa e no estrangeiro, terá dito da região ter «nove meses de Inverno e três de Inferno». Os Invernos têm geralmente grandes nevões, ao passo que a nossa experiência de Verão foi de um sol escaldante num azul impiedoso.

⁷ O maior produtor mundial de resinas é a China, cujas necessidades ocasionais, desde 1949, de divisas estrangeiras a leva a lançá-las no mercado em condições de *dumping*, arrasando as receitas portuguesas em divisas.

Baixa, junto a Portalegre e em todo o Baixo Alentejo, cobrindo vastas planícies e encostas⁸.

Resultaram várias consequências de importância desta política florestal. Da maior relevância aqui foram os seus efeitos no Norte, ao remover os baldios das actividades agro-alimentares e da economia rural, de que a produção alimentar era parte integrante. Uma vez que as pastagens se tornavam inacessíveis, era inevitável que os rebanhos de ovelhas e de cabras e o gado fossem deslocados para outras pastagens unicamente disponíveis em terra arável, cuja produção vegetal teria de decair, ou então que fossem drasticamente reduzidos, e, neste caso, os queijos, o leite, a manteiga, a lã e as peles — alimentos e recursos para vestuário e comércio — diminuiriam drasticamente. Parece ter sido este o caso mais frequente, segundo os inquiridos, em Trás-os-Montes e nas Beiras. Um deles, expressivamente, falou da Junta Florestal como o inimigo que muito tinha feito para destruir as bases locais da vida agrícola, ao mesmo tempo que reforçava a emigração forçada⁹.

Esta consequência, actuante desde o início da década de 1940, teve uma série de ramificações posteriores. Implicou que as já precárias condições de vida nas situações de agricultura minifundiária do Norte se agravassem. Numa área já de si desmonetarizada pela política do Estado e pelas relações de classe (ver Leeds, 1980, inédito), a que adiante voltarei, os meios de subsistência e os meios marginais de obtenção de rendimentos monetários deterioraram-se quase de imediato. A resposta foi, para além da elevação das taxas de doença e morbidez (Campos, 1943, p. 135), sair do País, isto é, tal política alimentou a emigração. O surto emigratório não se registou verdadeiramente até ao fim da segunda guerra mundial, em virtude das condições políticas e de deslocação em tempo de guerra, mas um primeiro salto é observável logo em 1939 (id.). O primeiro grande surto de um fluxo de emigração sempre em aumento, detectável até à crise do petróleo de 1973, é o de 1945, assim que o fim da guerra permitiu maior mobilidade. As estatísticas de emigração regional mostram também nítidos surtos em áreas em que os baldios tinham continuado a existir até aos anos 30, por exemplo Bragança.

Pode revelar-se muito difícil documentá-lo (embora, por exemplo, vários dos discursos e primeiras publicações de Salazar pareçam indicar uma clara consciência deste tipo de interligações), mas estou cada vez mais convicto de que este efeito fora antecipado e, mesmo, deliberadamente pretendido e induzido. Porquê? Porque os emigrantes iriam integrar-se em mercados de trabalho monetarizados, mantendo, ao mesmo tempo, bases e famílias no país natal. As remessas — *e portanto divisas e capitais* — seguir-se-iam, como de facto se seguiram. Não é aqui o lugar para delinear a extensão desta política, mas o exame da história do estabelecimento do Serviço Nacional de Emprego, em 1965, a convenção de benefícios sociais com a França, em 1971, e os acordos contratuais de trabalho com a Alemanha, a partir de 1965, indicam claramente a antecipação e a solidificação de uma estrutura concebida para atrair divisas e capitais estrangeiros para o País através de uma exportação controlada de trabalho «excedentário». O auge seria atingido

⁸ Seria útil fazer pesquisa histórica sobre os aproveitamentos anteriores destas terras para produção de alimentos, calculando a perda para a produção alimentar nacional.

⁹ Ver o livro sobre as lutas das populações locais contra a Junta Florestal por Pereira da Silva.

em 1973, quando as remessas perfizeram 15% do PNB (Banco de Portugal, *Relatório Anual*, 1973). Pode-se encarar todo este padrão de conjunto e as concepções que lhes estão subjacentes nos termos da observação, atrás citada, alegadamente feita por Salazar quanto ao papel central continuado da emigração e, em particular, das remessas na economia política de Portugal.

A emigração trouxe novos desenvolvimentos. Primeiro estimulou o mercado interno para os têxteis. Em 1979, em São Martinho, mostraram-me o último manto feito em feltro, por alturas de 1962, isto é, na própria época do grande surto migratório — e das remessas. Apenas uma única fábrica de feltro está ainda em funcionamento, e ainda assim de forma intermitente (em Fráguas). Disseram-me que a fição de linho, um trabalho fastidioso em extremo e trabalho-intensivo, tinha igualmente desaparecido no espaço de um ano ou dois. Tecidos de linho e de lã fabricados localmente foram substituídos por tecidos e roupas comprados nas feiras e lojas.

Alterações análogas ocorreram no que diz respeito a alfaías e materiais de construção. As duas debulhadoras a gasolina de São Martinho foram adquiridas mais ou menos por essa altura, ou um pouco mais tarde, substituindo malhadeiras e permitindo reduzir a mão-de-obra na debulha. Instrumentos motrizes fizeram a sua aparição. Variadas ferramentas feitas em casa foram substituídas por outras mais eficientes compradas fora — e assim por diante. Os materiais de construção de hoje em dia são, na sua maior parte, tijolos, telhas, cimento e madeiras comprados, em vez dos blocos de granito cortados localmente (embora o granito para certos fins na construção ainda seja extraído na região; contudo, é exportado numa boa parte para a Alemanha) e das vigas de madeira. Materiais eléctricos e canalizações constituem inovações na maior parte das aldeias rurais a partir dos anos de 1960 e não chegaram ainda a um certo número delas, em especial em Trás-os-Montes e algumas zonas das Beiras. A maior parte dos novos materiais de construção são produzidos pela indústria nacional, que recebeu um grande estímulo, ainda por calcular, da enorme quantidade de construção empreendida pelos emigrantes e suas famílias. Deve assinalar-se que algumas das ofertas de madeira são elas mesmas produtos industriais do próprio desenvolvimento florestal, que ajudou inicialmente à emigração.

Por fim, anote-se que quase todos os produtos que apareceram nos mercados internos em grande expansão eram sobretudo oriundos das indústrias portuguesas tradicionais, e não, como os rádios e as televisões, hoje igualmente abundantes na província portuguesa, onde antes eram inexistentes, das indústrias modernas, de alta tecnologia, capital-intensivas e até multinacionais, como a Grundig (em Braga).

Em segundo lugar, houve um decréscimo regular nas áreas de culturas alimentares. A emigração retirou mão-de-obra, sobretudo jovens e adultos de meia-idade. Em São Martinho de Peva, como nas aldeias em volta, em muitas partes de Trás-os-Montes, nas Beiras ou nas zonas mais acidentadas do Minho, muitos campos e vinhedos de microfúndio foram abandonados ou, curiosamente, convertidos em eucaliptais e pinhais. Ou seja, foram convertidos em actividades orientadas a prazo para o comércio e a indústria, que, por um lado, originam a seu tempo rendimentos monetários e, por outro, não requerem virtualmente *inputs* de trabalho, uma vez plantados. Este último aspecto era evidentemente importante, porque a maior parte da força de trabalho necessária estava fora do País, em migração prolongada. Como se assinalou, estas plantações florestais requeriam pouco capital para arran-

car, uma característica com interesse estratégico para pequenos agricultores providos de uma situação desmonetarizada, ou para os seus parentes emigrados. Em São Martinho, estimo que qualquer coisa como 20% da superfície de terra arável estivesse inculta por falta de braços para trabalhar e talvez uma percentagem equivalente tivesse sido plantada com pinheiros. Em regiões mais montanhosas, por exemplo na serra do Gerês, entre Chaves e Braga, uma observação superficial sugere percentagem maior de terras abandonadas e florestadas. Obviamente, uma das consequências deste processo é o decréscimo da produção de cereais, como o centeio, o trigo e o milho, em São Martinho, do vinho, na área do Gerês, e do milho, em várias zonas do Minho e no Leste da Estremadura. Evidentemente, tal decréscimo impõe a importação de alimentos, como no caso do milho, em anos recentes. Daí advêm mais problemas cambiais e de balança comercial, em simultâneo com a maior migração das áreas microfundárias para o estrangeiro e para as cidades portuguesas, onde os migrantes têm de ser abastecidos de alimentos.

A emigração teve outros efeitos — especificamente aquele que designo por «suburbanização da aldeia agrícola» (ver Leeds, 1980, ms.). São Martinho, como quase todas as outras aldeias das Beiras e Trás-os-Montes, era uma povoação muito concentrada, dando a imagem de ter sido «empilhada». As povoações do Minho, como Lama, que estudámos são bastante disseminadas, muitas vezes sem um centro identificável. Em ambos os casos, mas em especial no primeiro, terra originariamente utilizada para fins agrícolas foi convertida em lotes para construção pelos emigrantes. Nas últimas duas décadas, estas casas têm sido designadas por «casas francesas», indicando que foram construídas por emigrantes de França. Na realidade, também estão sendo construídas por emigrantes da Alemanha, Estados Unidos, Venezuela e mesmo Inglaterra ou, mais recentemente, da Arábia Saudita e até Israel, havendo igualmente pessoas que não emigraram, mas tomaram parte no surto de construção local impulsionado pelos emigrantes, por exemplo o carpinteiro em São Martinho. Estas casas novas e estes lotes consumiram provavelmente cerca de 5% da superfície de terra arável em muitos casos, contribuindo com talvez cerca de 50% ou mais para o conjunto de casas existentes¹⁰.

Também nas cidades e aldeias do Alentejo, a habitação conheceu profunda renovação nos últimos dez anos. Visto que a situação de posse da terra era aí completamente diferente, não estavam disponíveis lotes nas franjas das povoações, pelo que a renovação ocorreu *in situ*, não afectando as áreas cultiváveis. Não me recordo de qualquer casa construída fora do núcleo de povoamento original de Santa Vitória, no distrito de Beja, que também estudámos.

O desenvolvimento da construção de casas em grande escala pelos emigrantes significou, como se notou atrás, um estímulo enorme para a indústria de materiais de construção em Portugal — cimento, telha, reforços de aço, madeiras, canalizações, equipamento eléctrico¹¹. O aço dependeu intei-

¹⁰ Numa aldeia que visitei perto de Barcelos, no Minho, em 1981, não se viam casas antigas, e apenas um dos dois edifícios antigos se detectavam, embora algumas daquelas possam ter sido remodeladas ao estilo de «casa francesa».

¹¹ Por alturas de 1981, uma pequena fábrica de janelas e portas de vidro e alumínio para as «casas francesas», na zona de Vila Nova de Paiva, Viseu, tinha entrado em laboração. O alumínio não era preparado em Portugal; era importado da Holanda, acrescentando assim mais problemas à balança de pagamentos.

ramente do desenvolvimento da única siderurgia portuguesa, que só em 1962 se estabeleceu na área de Lisboa com o grupo Champalimaud! A maior parte das fábricas de telha e tijolo situam-se na metade norte do País, quase todas na faixa litoral, próximo dos depósitos de argila, embora haja algumas de grande dimensão ao norte de Lisboa. Obviamente, a experiência de monetarização conhecida pelos emigrantes leva à circulação monetária nas povoações agrícolas do interior e à sua modificação. Tal modificação conduziu a um desenvolvimento industrial considerável, em virtude da grande expansão do mercado interno. Assinale-se, para ter uma ideia da escala aqui discutida, que muitas destas casas custavam, em trabalho e materiais, à volta dos 1000-1500 contos, apesar de o trabalho ser barato. Em Novembro de 1981, ao visitar as terras pertencentes a São Martinho, pude observar a vizinha aldeia de Póvoa, no lado fronteiro àquela — uma aldeia de dimensão semelhante à de São Martinho. Só daquele lado havia 18 casas do tipo em questão, em diferentes estados de construção, isto é, um investimento total da ordem dos 18 000 a 27 000 contos!

A disponibilidade de dinheiro teve outras consequências. Por exemplo, os tecidos de linho eram uma importante produção na zona de Lama, no Noroeste do Minho, e, como atrás se disse, na zona de Peva, na Beira Alta. Como se notou, desapareceram inteiramente nos anos subsequentes ao surto emigratório clandestino no princípio de 1960, embora alguma produção se mantenha no Minho, orientada para o comércio de turismo. Este comércio de turismo é, evidentemente, por si mesmo, uma forma de monetarização. Em São Martinho, as ovelhas que ainda aí são criadas fornecem lãs que são agora vendidas no mercado. O crescimento das compras têxteis, através do estímulo ao mercado interno e à indústria têxtil portuguesa, que tais compras criavam, ocorria simultaneamente com a adesão de Portugal à Associação Europeia de Comércio Livre, em 1959.

Uma vez que os tecidos de lã já não se faziam e o linho já não era cultivado, os rebanhos de ovelhas, pelo menos em São Martinho, foram reduzidos, permitindo a utilização de parte dos cereais cultivados e das pastagens para vacas. Tal sucedeu no contexto de uma melhoria dos transportes e camionagem e de mercados consumidores monetarizados, que permitiam uma comercialização mais organizada do leite. O que foi acompanhado, por sua vez, de investimento em tractores, alimentado pelo dinheiro que afluía dos emigrantes para as aldeias. (Em São Martinho, em 1979, o tractor regularmente em uso era propriedade do carpinteiro não emigrante; outro era de um emigrante que o usava apenas durante um mês, nas suas férias do emprego na Alemanha, na ceifa. Em 1981 havia mais dois tractores na aldeia). Os fluxos de dinheiro para as aldeias levaram às alterações nos trabalhos de debulha, atrás mencionadas. A introdução de tractores na lavoura e na gradagem possibilitou a conversão das manadas mistas de vacas, touros e bois em manadas quase exclusivamente de vacas (em 1979 não havia nenhum touro em São Martinho; em 1981 havia um), para maximizar as receitas das vendas do leite.

Analisemos as consequências de tais alterações ocorridas em todo o Norte, em paralelo com a grande mecanização no Alentejo e no Ribatejo. Esta mecanização, como já se disse, começou logo nos anos 30, acelerou-se significativamente depois do surto de migração interna no Alentejo para os mercados de trabalho de Lisboa, em expansão rápida, originada pela política de Salazar após a segunda guerra mundial, e atingiu um máximo depois da revolução de 1974, com a mecanização maciça das herdades colectivas.

Uma consequência da mecanização geral da agricultura portuguesa foi um acentuado acréscimo da dependência em derivados de petróleo, que se tornou particularmente severa depois dos aumentos de preços do petróleo pela OPEP em 1973 e da crise subsequente em todo o mundo capitalista, agravada com a independência de Angola, em 1974. Esta dependência do petróleo acabou por criar enormes dificuldades cambiais e na balança comercial. O significado destas e das recentes respostas a elas pode ser talvez dado por um comentário de ocasião (em Setembro de 1979) em São Martinho, quando eu estava na taberna da aldeia na manhã seguinte ao aumento de 30% dos preços da gasolina. Os homens discutiam furiosos, fazendo cálculos do custo/benefício em termos de rendimento por hectare de batatas e de milho ao preço pago localmente pelo intermediário e do custo por hora do uso do tractor para lavrar, ceifar, gradar, etc. Era para eles bastante evidente que não poderiam usar o tractor mais do que para a gradagem. O que significava, evidentemente, o regresso à tracção animal. Mas já não havia touros ou bois, pelo que, obviamente, as vacas leiteiras tinham de ser usadas na lavoura e noutras tarefas. Claramente, a produção de leite baixaria e as receitas em dinheiro também — ou seja, a economia geral da região ficaria deprimida e tenderia a desmonetarizar-se novamente. Esta tendência era exacerbada pelo custo crescente de debulha mecânica e o lucro realizado nas vendas que se fizessem (nos casos em que nem todo o cereal era para autoconsumo) diminuiria. Como um deles observou, «somos obrigados a ser atrasados». O atraso é, em si mesmo, um resultado estrutural da economia política interna do País e da sua relação com a economia política mundial e das políticas que as moldaram no último século e meio.

Acrescente-se que a conversão para produções mais dirigidas ao mercado e a utilização das receitas em dinheiro para aquisição de bens no mercado, em vez dos bens feitos em casa, se têm observado, embora não em São Martinho ou Lama, vendendo-se os cereais e comprando-se pão feito na vila (um padrão que se desenvolveu à volta de Mirandela, em Trás-os-Montes, e noutros lugares — Armando Trigo de Abreu, comunicação pessoal). Mesmo em São Martinho, sei de algumas pessoas que já não fazem o pão para elas, antes o compram numa pequena padaria na vizinha Peva. O fabrico caseiro de pão desapareceu largamente em Lama, onde duas padarias, uma grande e uma pequena, vendem pão, a primeira fornecendo pão de farinha de trigo importada de outras regiões do País e a outra fabricando broa de milho produzido localmente. Estas mudanças implicam, evidentemente, mais transportes (e daí também dependências comerciais e importações) e vínculos inter-regionais e cidade-campo. Também em Santa Vitória existe uma padaria.

Um último efeito desta cadeia de resultados do devastador efeito original da transferência dos baldios para o Estado e para a utilização privada foi a paralisia de qualquer esforço na reestruturação da exploração agrícola no Norte, de modo a criar unidades produtivas mais viáveis, em especial do ponto de vista do uso de tractor. A Lei de Partilhas original pretendia expressamente a manutenção de uma dimensão mínima das propriedades. Tal não se observou e a terra foi sendo fragmentada em parcelas infinitesimais, bastante surpreendentes para um observador com experiência da agricultura francesa ou americana, por exemplo. Durante a última fase do regime ditatorial, com Caetano e mesmo depois, foi feita uma tentativa de reagrupamento de prédios em unidades maiores (emparcelamento). O que falhou, devido inteiramente à resistência dos emigrantes e dos próprios agricultores.

Do ponto de vista dos emigrantes, a sua situação não é segura se não se tornarem cidadãos do país de acolhimento. Em muitos países, isso é difícil, dispendioso, moroso ou completamente impossível, como na Suíça. Existe sempre a possibilidade de ter de regressar por causa de alterações profundas no país de emigração e, por vezes, de necessidades da própria família em Portugal. Todos os inquiridos sem excepção afirmam que até 1974 não havia praticamente serviços nem benefícios de segurança social nas zonas rurais de Portugal, ou eram extremamente pouco operantes. Em zonas como toda a região circundante de São Martinho não há qualquer mercado de emprego, o que também sucede em quase todo o Trás-os-Montes, igualmente carente em serviços sociais; em Lama havia um mercado de emprego, mas, apesar da grande emigração, demasiada mão-de-obra para ele.

Onde residia então a segurança? Residia em manter, pelo menos, uma pequena parcela que pudesse potencialmente prover às necessidades alimentares do agregado na emergência do retorno, construindo, ao mesmo tempo, uma casa habitável, com apetrechos que durassem bastante tempo. Que esta política não era em nada disparatada ou «irracional», como os economistas tendem a dizer, é patente nas pressões sobre os migrantes introduzidas pelo Plano Barre em França, depois da crise de 1973, e, mais recentemente, nas várias mudanças nas leis de benefícios sociais da Alemanha, bem como noutros meios, para tentar empurrar os emigrantes para o retorno. Em França, em 1978, o Governo ofereceu abertamente 10 000 francos e a viagem de regresso a emigrantes que se comprometessem a não regressar como trabalhadores. Poucos emigrantes aceitaram, porque a sua situação era muito melhor em França, ao passo que as coisas se agravavam em Portugal, e 10 000 francos eram totalmente insuficientes para qualquer investimento produtivo ou comercial em Portugal. Obviamente, os emigrantes mantinham-se informados de perto sobre o que se estava a passar no seu país, tanto económica como politicamente, ajudados, além do mais, pelas férias anualmente passadas em Portugal. Assinale-se que estes retornos periódicos são bastante acessíveis dos países do Norte da Europa, mas muito mais difíceis e dispendiosos das Américas ou da Ásia; não surpreende que a emigração se tenha deslocado rapidamente destas para aqueles logo que a reconstrução do após-segunda guerra mundial abriu mercados de trabalho nos anos 50. Finalmente, é também óbvio que o rápido crescimento do desemprego nos países de acolhimento, nos anos 80, constitui uma grande ameaça à população emigrante.

A racionalidade dos *agricultores*, pelo menos em São Martinho, tinha um fundamento ecológico. Se obtivessem o equivalente das suas pequenas parcelas reunido numa só, colocava-se-lhes o problema da variabilidade microlocal das produtividades do solo e das produtividades anuais da mesma parcela, em parte devido à notória imprevisibilidade do clima local. A descontinuidade das suas explorações funcionava como garantia de maior estabilidade na produção total para cada agricultor, embora o *input* de trabalho fosse superior e a praticabilidade do uso de máquinas mais reduzida.

Em resumo, a emigração deliberadamente fomentada pelo Estado, e por ele fartamente controlada de vários modos, perpetuou o atraso do Portugal agrícola, tendeu a recriar áreas deprimidas e criou novas formas de dependência externa, com os problemas cambiais e de balança de pagamentos inerentes. A ausência geral de limitações ao crédito para o sector rural no Norte minifundiário, o desvio de créditos para utilizações urbanas no Sul latifundiário e a recusa de créditos às herdades colectivas que tinham mecanizado e

aumentado substancialmente a produção depois de 1974¹², tudo isto contribuiu para estagnar a agricultura e para baixos níveis de produtividade agregada¹³. Ao mesmo tempo, registou-se uma ausência virtual de quaisquer serviços de extensão agrícola, embora haja várias estações agrónomicas experimentais.

Voltemos de novo à história da implementação da política de Salazar, especificamente ao caso da Junta de Colonização Interna. As finalidades previstas eram a racionalização da propriedade e da exploração da terra, a criação de unidades produtivas mais viáveis e o povoamento e repovoamento de áreas agrícolas viáveis, mas pouco densamente povoadas ou em que a produção estava distribuída de forma desequilibrada. A JCI foi criada em 1936, ainda nos primeiros tempos do regime, durante a depressão mundial e no ano de maior produção de trigo. O que é significativo acerca da JCI é a sua única realização importante ter sido, praticamente, a publicação de algumas monografias excelentes.

De facto, a JCI nada fez, na prática, quanto à posse da terra, à colonização interna ou à produção. O que só pode ser interpretado como querendo dizer que o governo — Salazar e os seus colaboradores — se não preocupava com o sector agrícola, a não ser enquanto fonte de trabalho urbano, repostório de trabalho excedentário em tempos de depressão nas cidades, gerador de receitas e capitais¹⁴, ou na medida em que diversos actores nos sectores agrários tradicionais — tanto minifundiários como latifundiários — resistiam à mudança pelas diversas razões já discutidas. A primeira razão parece ser a explicação mais provável, dada a política global e o problema da reunião de capital e do fornecimento de trabalho para o novo crescimento industrial pretendido. Esta interpretação está bastante articulada com a discussão anterior sobre os baldios. Dito de outro modo, as populações rurais portuguesas eram vistas como recursos a explorar para a acumulação primitiva de capital, bem como potenciais ofertas de mão-de-obra, interpretação esta que desenvolve adiante.

Outro aspecto que confirma a minha tese geral diz respeito à construção de barragens. À excepção de zonas restritas do Alentejo (especialmente na área de Alcácer do Sal), a maior parte dos sistemas de controlo de águas, desde 1930 até muito recentemente, foram construídos para produção de energia eléctrica, e não tanto para irrigação das terras. Os trabalhos para irrigação começaram há poucos anos ainda e, mesmo assim, alguns deles foram semiabandonados em fase de construção. Evidentemente, os principais consumidores de electricidade são a indústria e outros consumidores urbanos, ainda que os programas de electrificação rural tenham, no decurso dos

¹² O Primeiro e Segundo Governos Constitucionais, de Mário Soares e do Partido Socialista, na sua batalha puramente *política* contra o Partido Comunista Português e a sua força no Alentejo, tentou sistematicamente sabotar as herdades colectivas apoiadas pelo PCP, negando-lhes créditos e, mais tarde, retirando-lhes terras sob a Lei Barreto, aprovada em Agosto de 1977 pelo Governo. Os resultados desta política, prosseguida ainda com mais vigor pelos governos de centro-direita subsequentes, foram o declínio da produção agrícola, o recrudesimento do desemprego e, pelo menos, a migração interna — isto é, ofertas de trabalho mais baratas.

¹³ A estagnação *generalizada* da agricultura continua, apesar de melhorias locais esporádicas prováveis no rendimento das colheitas, devidas a sementes melhoradas nos cereais e batatas, produção intensificada para os mercados mais monetarizados, melhores transportes, melhor processamento, etc. Mas, como referido, tudo isto ocorre no contexto de abandono generalizado de terra arável ou conversão de pastos e terras aráveis a produções florestais para a indústria. A produção alimentar total diminuiu ao ponto de, segundo se afirma, Portugal importar agora mais de 50% da sua alimentação!

¹⁴ Ver nota 6 em Cabral, 1974, p. 510, que apresenta aspectos do que se diz no texto para um período ligeiramente anterior, mas coincidente.

anos, levado a electricidade a quase todas as zonas do País. Sem dúvida, o desenvolvimento da energia hidreléctrica fazia parte do plano de desenvolvimento geral para criar uma grande indústria em Portugal. Tal está explicitamente dito nos Planos de Fomento de 1953 e 1958 e a intenção de aumentar a riqueza nacional e contribuir para resolver os problemas demográficos nacionais está directamente afirmada, por exemplo, na placa instalada na grande barragem da zona entre o Ribatejo e o Baixo Alentejo, a Barragem de Montargil.

O que é significativo é que a maior parte destas instalações *não* foram construídas prioritariamente, como observámos atrás, para fins de irrigação. Na verdade, é extremamente curioso ver os locais de implantação de muitas destas barragens. Um estudo feito em Vilarinho das Furnas pelo famoso antropólogo Jorge Dias dá-nos a situação agrícola antes de a aldeia ter sido submergida pelas águas represadas. Toda uma área de terra arável, de produção agrícola, foi assim varrida. Uma barragem presentemente em construção perto de Santa Comba Dão, terra natal de Salazar, obviamente com alguns anos já de construção (isto é, vinda dos últimos tempos de Caetano), tem talvez 90 m-100 m de altura, de tal modo que as águas represadas (em acumulação desde finais de 1981), embora em vales com declives consideráveis, irá submergir uma vasta área de terra que tinha considerável actividade agrícola, como salta à vista das casas abandonadas, currais de gado e campos estriados pela lavra, edifícios, etc. Nos vales entre Chaves e Braga, barragem após barragem, têm obviamente desaparecido muitas vinhas nos declives acentuados das encostas fronteiras. É também notório que muitas destas encostas têm sido plantadas de eucalipto e pinheiro em filas cuidadosamente implantadas em mini-socalcos.

Desconheço que qualquer cálculo tenha sido feito sobre a quantidade de produção eliminada pelas instalações hidreléctricas. Obviamente, deve ser considerável. É igualmente óbvio que expulsaram muitos agricultores que tiveram de se fixar noutra local, provavelmente a maior parte quase exclusivamente nas cidades ou em «mecas» de emigração.

Por certo, as áreas agrícolas foram sacrificadas no interesse do plano de desenvolvimento industrial geral e da proletarianização ou extradição para as colónias da população portuguesa. Houve nitidamente transferência de capital pelo Estado para este imenso projecto de desenvolvimento a prazo de uma indústria internacionalmente competitiva, o que, ao mesmo tempo, exacerbou os problemas urbanos e contribuiu para as correntes emigratórias, embora com resultados mais ambíguos quanto a remessas. Nada se sabe quanto a este aspecto, visto as populações deslocadas estarem dispersas, embora seja possível que algumas tenham emigrado e enviem remessas para os que ficaram, mas se tenham instalado nas vilas e cidades portuguesas (os registos de depósitos e câmbio de moedas estrangeiras nestas localidades, se se pudessem identificar, deveriam mostrar aumentos consideráveis nos anos imediatamente seguintes ao êxodo das aldeias submergidas).

Em contraste com o Norte, o Alentejo tem declives suaves e poucos cursos de água largos. Com uma ou duas excepções, os grandes cursos de água são bastante distantes da zona da grande Lisboa, de forma que a sua exploração para energia hidreléctrica era menos rendável que o sistema de drenagem no centro de Portugal, na zona do Ribatejo já referida. É surpreendente que os sistemas de controlo dos rios por barragens sejam tão poucos no Alentejo. Isto é, a irrigação não constituía preocupação prioritária. A principal excepção foi o sistema de represagem do rio de Alcácer, onde as estru-

turas de barragens foram construídas ao longo do rio Sado, permitindo a conversão dessa área, logo nos anos 30, numa das maiores zonas de cultura de arroz do País. Um dos inquiridos de São Martinho, em 1979, residente há muito em Lisboa, era um recrutador de mão-de-obra e encarregado de trabalhadores destas barragens: recrutou trabalhadores da terra de sua mulher — São Martinho —, onde fora casar. Este sistema de recrutamento de trabalho — os famigerados ranchos (ver Silva Picão, 1903) — está descrito noutra sítio (Leeds, 1981, a publicar)¹⁵.

Dada a ausência de apoios técnicos e institucionais à agricultura através de um sistema de irrigação do Alentejo, não causa estranheza que as produções por hectare de trigo, por exemplo, estejam ainda entre as mais baixas da Europa (ver nota 1), mais baixas ainda do que no Norte de Portugal. O subdesenvolvimento regional do Alentejo deu-se indubitavelmente com a cumplicidade do Estado.

Ocupemo-nos agora de um último exemplo do papel deliberado do Estado na utilização das zonas rurais como fonte de recursos para a acumulação primitiva de capital. Não conhecemos nenhuma fonte documental acerca das chamadas «sobras de Portugal», mas obtivemos confirmação da informação de base por muitos inquiridos, tanto em Lama como em São Martinho, e ainda pelo historiador Vitor de Sá, em Braga.

Os inquiridos declaram que, por altura de 1936, logo a seguir ao início da Guerra Civil Espanhola, Salazar iniciou um programa de recolha de todos os cereais produzidos, através de agentes do Estado. Isto foi rigorosamente aplicado por inspectores estatais. Foi introduzido o racionamento através da emissão de senhas, pelas quais parte dos cereais recolhidos eram devolvidos às populações rurais para as suas necessidades de subsistência. Sem excepção, todos os inquiridos descrevem o período entre 1936 e o fim da segunda guerra mundial, em 1945, como uma época de fome e miséria. Ao falar desse período, abundam histórias de assaltos, roubos, prostituição das mulheres a troco de comida e roupas, contrabando («a vida da candonga»), comércio ilícito de mercado negro, etc. Muitas destas histórias são bastante particularizadas quanto à época, lugar e pessoas envolvidas. Todas as narrativas se confirmam umas às outras (como talvez o faça o corpo enfezado de tanta gente cuja fase de crescimento ocorreu nesses anos). Os registos de nascimentos mostram taxas muito elevadas de mortalidade (ver Campos, 1943). Embora tenham de ser examinados nos registos civis, ultrapassam provavel-

¹⁵ O recrutamento de trabalho no Norte para ser utilizado no Alentejo precisa de pesquisa e discussão mais amplas, visto que, pelo menos na época de Salazar, parece ter tido finalidades políticas e económicas específicas adequadas aos objectivos gerais da política discutida no texto. O fenómeno e a terminologia das migrações internas — «ranchos» para os grupos e «ratinhos» para os trabalhadores migrantes, quase todos ceifeiros — surgem desde meados do século XIX, mas a escala parece ter aumentado nos primeiros anos do regime de Salazar, que eram também os anos de depressão mundial. Os «ranchos» justificam uma investigação profunda, como parte da história e estrutura agrícolas de Portugal e um exemplo extremo e horrível do seu atraso e de exploração. Conhecemos muitos dos «ratinhos» em São Martinho e em Lisboa, para onde, neste último caso, tinham escapado sob várias formas de mobilidade ascendente dirigida para a cidade. Os «ratinhos» parecem ter sido utilizados como meio de expansão da oferta de trabalho, para embaratecer a mão-de-obra no Alentejo e criar uma força de trabalho concorrente, por forma a combater a força notável da organização clandestina do PCP. A isto corresponde o elaborado policiamento do Alentejo, a delegação de poderes policiais nos latifundiários, a mecanização relativamente precoce da agricultura, a instabilidade local do trabalho, ilustrada pela migração interna, considerável no Baixo Alentejo (reflectida, no registo civil, tanto nas mudanças em nomes de famílias localizadas, como nos registos de localização dos nascimentos, em confronto com a residência actual).

mente os 10%, uma taxa que ainda se encontra no início dos anos 60 (como resulta dos registos de baptismos nas aldeias em que trabalhei) e até à altura em que «acabou a escravatura», assim designado por mais de um inquirido o período em que começou o grande surto de emigração clandestina para o estrangeiro (1962 em diante).

Os inquiridos confirmam também os relatos uns dos outros quanto à finalidade de extracção de supostos «excedentes» (ou, numa linguagem mais clássica, um caso extremo de apropriação de valor-trabalho, indo muito além da mais-valia e retirando parte do valor necessário à reprodução do trabalho). Os «excedentes», ou valor extraído, acabaram por se tornar uma forma significativa de acumulação primitiva de capital. A conversão, segundo é relatado, era conseguida como segue. Os excedentes, entre 1936 e 1939, foram enviados a Franco para garantir-lhe abastecimentos alimentares adequados na luta contra os lealistas. Afirma-se que o objectivo político era assegurar um regime favorável no país vizinho e que a ameaça comunista fosse aniquilada. Ao mesmo tempo, era mantida uma posição oficial de neutralidade. Depois de 1939, quando Franco estava no poder e a expansão nazi se iniciava, Portugal enviou as «sobras» para a Alemanha nazi. (É talvez significativo que o único campo de concentração de Portugal, o Tarrafal, tenha sido estruturado mais ou menos segundo o modelo alemão, em 1937). Só quando começou a ser claro que os nazis perderiam, mais cedo ou mais tarde, a guerra é que Portugal passou a enviar as sobras aos Aliados. Durante todo o tempo permaneceu formalmente neutral.

A contrapartida das sobras, diz-se, foi paga a Portugal em ouro por todos os beneficiários. Por outras palavras, a política de Salazar das sobras converteu cereais cultivados para subsistência pelas populações rurais em apreciável acumulação de capital altamente convertível, ainda que não verdadeiramente financeiro, cuja acumulação era feita por outros meios (ver Leeds, 1981, no prelo). Este fluxo de ouro complementava o outro, que já discutimos, vindo de Moçambique, em particular. Que Portugal era (e é ainda hoje, apesar dos consideráveis desembolsos de ouro dos últimos anos para pagar a dívida externa) um grande detentor de ouro, é bem conhecido e tende a confirmar estes relatos. A propósito, pode observar-se que a neutralidade portuguesa lhe permitiu operar como área de refúgio para pessoas de posses em fuga da desastrosa guerra no Norte da Europa, trazendo consigo toda a espécie de valores, que eram depositados em Portugal, sobretudo em Lisboa, fornecendo parte da base do capital usado no desenvolvimento de Lisboa como centro do sector mais «moderno» da indústria portuguesa (id.).

Em meados dos anos 40, portanto, muito capital tinha sido acumulado nos centros urbanos, em especial em Lisboa, e progressos infra-estruturais significativos tinham sido conseguidos, designadamente em energia hidráulica e estradas. Mudanças significativas nas localizações e tipos de investimentos tinham começado a dar-se. Os velhos grupos de interesses ou oligarquias tinham sido colocados sob controlo através da estrutura semipatronal da Lei de Condicionamento Industrial. Novos recursos para a indústria, como sejam as resinas e a pasta de papel, estavam a surgir. As colónias desenvolviam-se como mercados para os produtos portugueses e fornecedores de matérias-primas baratas para a indústria nacional. É uma tese central desta comunicação que muito disto foi conseguido através da negligência deliberada ou deliberada exploração e expoliação dos sectores e população agrícolas de Portugal continental. Sustento ainda que tal constituía a *única* solução poli-

tica para Salazar de 1926-28 em diante, dada a composição dos grandes grupos dominantes quando da sua chegada ao poder.

Contudo, as próprias soluções para uma dependência historicamente gerada e para o «subdesenvolvimento» económico geral, em comparação com as dos outros países europeus, perpetuaram, renovaram ou criaram subdesenvolvimentos regionais em termos agrícolas, com consequências de imensa miséria humana. Novamente, as soluções criaram articulações que, quando o ouro era abundante, as colónias eram mantidas, a inflação ausente e o escudo uma das moedas mais estáveis do mundo, prometiam, a médio ou a longo prazos mais ou menos indefinidos, «modernizar» profundamente Portugal, torná-lo equivalente técnico-economicamente da Europa setentrional e até permitir, talvez, liberalizações políticas, de que já havia sintomas em 1958 e em 1968-70.

Que tal não tenha sucedido constitui um reflexo do carácter dependente, «subdesenvolvido», da economia política portuguesa, inserida numa economia mundial, apesar das tentativas de Salazar para criar uma autonomia nacional¹⁶. Mais especificamente, os movimentos mundiais da descolonização iniciados depois da segunda guerra mundial, talvez com grande significado, na Índia, em 1947, e no Congo, em 1960-61, conduziam inexoravelmente à descolonização ou às guerras de independência das próprias colónias portuguesas, das quais tanto da política e do plano gerais de Salazar dependiam. Com a emancipação das colónias portuguesas, em 1974, quase todo o grande esquema desabou inevitavelmente, num colapso predeterminado desde o início das guerras de Angola e Moçambique, logo em 1961, e a quase imediata resposta inflacionista em Portugal. O resultado, esse, fica para tema de outra comunicação, noutra altura e noutro lugar.

BIBLIOGRAFIA

- Banco de Portugal, 1973, *Relatório Anual*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Cabral, Manuel Villaverde, 1974, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal — Sécs. XIX e XX*, Porto, Editorial Inova.
- Campos, Ezequiel de, 1943, *O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa através dos Séculos*, Lisboa, Editorial Império.
- Cunhal, Álvaro, 1976, *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, Lisboa, Edições Avante!, 2 vols.
- Dias, Jorge, 19(?), *Vilarinho das Furnas*.
- Harris, Marvin, 1958, *Portugal's African «Wards»*, Pamphlet n.º 2, Nova Iorque, American Committee on Africa.
- Junta da Colonização Interna, *Reconhecimento dos Baldios do Continente*, Lisboa.
- Leeds, Anthony, 1949(?) *Portuguese Labor Recruitment in Mozambique* (ms.).
- 1980, *A Peasant Is an Urban Man: The Urban Structure of Rural Sectors [Portugal]*, comunicação à reunião anual da American Anthropological Association, Dezembro (ms.).
- 1981, *Portuguese Industrial Stagnation of Agriculture: Theme and Regional Variation*, Conference on Modern Portugal, Center for Developing Countries, McGill University, Monte Real, Outubro (no prelo).
- Leeds, Elizabeth, 1980, *Dependency, Nationalism, and Regional Backwardness: the Portuguese Response to European Industrialization*, Conference of European Studies, Washington, D. C., 23-25 de Outubro (ms.).

¹⁶ Ver nota 1 em Cabral, 1974, p. 490, que apresenta os aspectos principais do pensamento de Salazar, desde meados do período republicano, 1917-18, acerca do programa global apropriado para Portugal, incluindo a ideia da sua autonomia. Muito do que se foi desenrolando durante o regime de Salazar está previsto aqui e em outros escritos e discursos seus deste período (ver Salazar, 1954, diversos itens).

- 1981, *Industrialization and Emigration in Portugal: Symptoms of a Structural Malady*, Conference on Modern Portugal, Center for Developing Countries, McGill University, Monte Real, Outubro (no prelo).
- Oliveira Martins, J. P., ca. 1888, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editores (reimpressões de artigos da década de 1880), 1956.
- Penvenne, Jeanne, 1979, «The Impact of Forced Labor on the Development of an African Working Class: Lourenço Marques, 1870-1962», Working Papers Series, n.º 11, African Studies Center, Bóston, Boston University.
- 1982, *A History of African Labor in Lourenço Marques, Mozambique, 1870-1950*, PhD, History, Boston University, Ann Arbor, University Microfilms.
- Pereira, Miriam Halpern, 1971, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico; Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos.
- 1974, *Assimetrias de Crescimento e Dependência Externa (Comparação entre Dois Períodos da História Contemporânea Portuguesa — 1847-1914 e 1940-1970)*, Lisboa.
- Salazar, António de Oliveira, 1954, *Antologia: Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas, 1909-1953*, Lisboa(?), Editorial Vanguarda.
- Silva, Joaquim Palminha, 1978, *A Revolução da Maria da Fonte: Subsídios para a Sua História e Interpretação*, Porto, Afrontamento.
- Trigo de Abreu, Armando, 1979, comunicação pessoal.
- Pereira da Silva, Armando, 1973, *Ocupação sem Limites: História Breve da Reacção Popular contra os Abusos de Autoridade Praticados na Serra de Talhadas do Vouga*, Lisboa, Prelo.
- Rigelhaupt, Joyce, 1976, *Peasant Revolts in Portugal, 1846-1847: The Revolution of Maria da Fonte*, comunicação à reunião anual da American Historical Association, Washington D. C.
- Rolo, José Manuel, 1977, *Capitalismo, Tecnologia e Dependência Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- Silva Picão, José, 1903, «Os ratinhos», capítulo do seu *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos (Concelho de Elvas)*, reproduzido em Cabral, 1974, pp. 361-374.